

Nível de Desenvolvimento das Famílias Cearenses por Grupos Demográficos nos Anos de 1991 e 2000

RESUMO

Tem como objetivo verificar se fatores como sexo, raça e idade afetam o desenvolvimento humano das famílias cearenses. Como medida de desenvolvimento calcula o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) para os quatro grupos demográficos em 1991 e 2000. Esse índice é composto por seis dimensões (Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais) e é obtido pela média aritmética dos indicadores sintéticos das dimensões que o compõem. Os resultados mostram que o IDF do Ceará elevou-se naquela década, evidenciando melhoria no nível de desenvolvimento humano das famílias. O IDF dos quatro grupos foi semelhante ao do Estado, embora algumas dimensões tenham apresentado comportamento diverso relevante. Conclui-se que é preciso que as políticas voltadas para promoção de melhorias das condições de vida das populações levem em consideração fatores como sexo, raça, idade e as dimensões específicas em que se apresentam mais carentes.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento humano. Família. Grupos Demográficos.

Lora dos Anjos Rodrigues

- Doutoranda em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa.

Marília Fernandes Maciel Gomes

- Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa.
- Professora Associada III no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha

- Doutor em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa.
- Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João Del-Rei.

1 – INTRODUÇÃO

O Brasil é um país caracterizado por grande disparidade social devido ao seu alto nível de desigualdade de concentração de renda. Segundo Hoffmann (2002), em 1989, o índice de Gini,¹ que mede o rendimento das pessoas ocupadas, atingiu o valor de 0,63, o que colocou o Brasil na posição de o mais desigual do mundo, dentre os que tinham dados confiáveis sobre a distribuição da renda. Dez anos mais tarde, esse índice ainda se manteve elevado, acima de 0,57.

Há grandes disparidades do nível de renda entre as regiões brasileiras. A análise dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (ONU, 2003) permite verificar que os estados das regiões Norte e Nordeste são os que apresentaram menores valores de renda *per capita* em 1991 e 2000. Durante a década de 1990, de acordo com Vieira; Albert e Bagolin (2008), a renda *per capita* domiciliar do Nordeste variou entre 47 e 54% da renda do Sudeste, região mais rica do país. Segundo Azzoni e Silveira Neto (2004), em todos os estados nordestinos, mais de 50% da população era considerada pobre, apresentando renda *per capita* inferior a R\$75,00² em 2000, enquanto, em São Paulo, a proporção de pobres não ultrapassava 14%.

O Estado do Ceará, objeto de análise deste estudo, apresenta, com base no índice de Gini, uma distribuição de renda similar à de sua região, o Nordeste. Segundo dados da ONU (2003), embora a renda *per capita* do Ceará tenha aumentado de 1991 a 2000, ele apresentava o quarto menor nível de renda dentre os nove estados do Nordeste nos respectivos anos. Constatou-se também que essa se concentrava em uma pequena parte da população, pois os 10% mais ricos foram responsáveis pela apropriação de, aproximadamente, 56% da renda, enquanto os 80% mais pobres da população apropriaram apenas cerca de 30% da renda estadual, na década.

O crescimento observado do Produto Interno Bruto (PIB) cearense no período destacado não foi, contudo, acompanhado por um processo de desconcentração da renda da população. A redução das disparidades de renda é importante para que haja redução no diferencial do desenvolvimento econômico na sociedade. Rosseti (1987) considera que o crescimento do produto real *per capita*, associado à gradual melhoria da estrutura de repartição da renda e da riqueza, seja um dos determinantes de um processo amplo de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo de transformações que atingem a estrutura social, política e econômica, implicando melhora de bem-estar da população de determinada região. Para inferir sobre o nível de desenvolvimento de uma população é necessário considerar outras dimensões além do nível de renda, como o acesso à educação e à saúde, que influenciam a qualidade da vida humana. Segundo o Relatório do Cepal (2008)³, embora a expansão econômica seja uma condição necessária, ela não é suficiente para promover desenvolvimento humano e uma sociedade mais equitativa. Neste sentido, as medidas de desenvolvimento têm evoluído de uma abordagem unidimensional, que considera somente o nível de renda, como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, para uma abordagem multidimensional, que incorpora outras características essenciais à qualidade de vida da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Condições de Vida (ICV), o Índice de Pobreza Humana (IPH), o Índice de Exclusão Social (IES),⁴ o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), entre outros. Dentre estes, o IDF é o indicador composto que considera o maior número de dimensões do desenvolvimento humano, quais sejam: Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais.

Dentro da abordagem multidimensional do desenvolvimento, tem destaque a análise das

1 O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita. Varia de 0 a 1; 0, quando a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor, e 1, quando apenas um indivíduo detém toda a renda.

2 Medido a preços correntes de 2000. O salário mínimo nominal mensal em 2000 era de R\$151,00.

3 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

4 Proposto por Lemos (2002).

“capacitações” de Sen (2001), que considera os relacionamentos existentes em uma sociedade como “funcionamentos” e pressupõe essencial analisar as capacitações dos indivíduos no tocante à participação em tais funcionamentos. A capacidade para realizar funcionamentos depende de um “conjunto capacitário” representado por grupos sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais, grupos religiosos e, também, a família, que, no espaço de funcionamentos, reflete a liberdade de os indivíduos escolherem vidas possíveis. A família tem papel fundamental na possibilidade de acesso a importantes atributos do desenvolvimento humano, como desempenho educacional, saúde, baixa vulnerabilidade e acesso ao mercado de trabalho. Indivíduos que integram famílias bem estruturadas, de convivência pautada por melhores condições de vida, têm maiores possibilidades de obter ganhos de bem-estar na sociedade.

Conforme Sagazio (2010), as oportunidades não serão iguais se as capacidades das pessoas forem diferentes. Assim, em face de algumas especificidades que caracterizam os grupos demográficos famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e por crianças, esses podem ser afetados em sua capacidade de auferir ganho de bem-estar na sociedade.

No que diz respeito às mulheres, sua presença no mercado de trabalho vem aumentando progressivamente e o hiato de rendimentos em relação aos homens tem diminuído desde 1970. No entanto, a diferença ainda é significativa. Em 2003, segundo Lavinás e Nicoll (2006), as mulheres receberam 84%, em média, dos rendimentos recebidos pelos homens, contra os 68% de 1981. A persistência das mulheres no trabalho doméstico, aliada ao aumento do trabalho autônomo, demonstra que uma grande proporção das mulheres ocupadas está na informalidade, sem a garantia de direitos sociais, como licença maternidade e acesso a creche. (HOFFMANN; LEONE, 2004). Ainda existem diferenças de oportunidades entre os sexos que tornam as famílias em que as mulheres se declaram chefes, ou em que há ausência de cônjuge, mais carentes que uma família-padrão.

Em se tratando dos negros, constata-se que eles se deparam com diferenças nas oportunidades e são

vítimas de preconceitos. Vale lembrar que a economia brasileira foi inicialmente construída com base no trabalho do escravo negro, o que levou à sua inserção tardia como cidadão na sociedade. De fato, em pleno início do século XXI, sua consolidação ainda não é completa. Campante; Crespo e Leite (2004), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, constataram que as pessoas que se declaram brancas, no Nordeste, têm uma média de anos de estudo 69% maior do que os pretos/pardos, enquanto, no Sudeste, esta taxa diminui para 41%. Este diferencial de escolaridade é refletido no mercado de trabalho, com os trabalhadores brancos do Nordeste recebendo, em média, rendimentos 95% superiores ao salário médio dos pretos/pardos, enquanto, no Sudeste, o diferencial sobe para 100%.

Por fim, a presença de crianças e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, à medida que, em relação a uma família-padrão, necessitam de volume adicional de renda para satisfazer suas necessidades básicas. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003).

Assim, diante do exposto, busca-se, neste trabalho, responder às seguintes questões: fatores como sexo, raça e idade afetam o desenvolvimento humano? Houve diferenças significativas entre o nível de desenvolvimento do Estado do Ceará e das famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e por crianças nos anos de 1991 e 2000?⁵ Quais as principais dimensões responsáveis por estas discrepâncias? Para tanto, utilizou-se um indicador multidimensional que considera outras dimensões do desenvolvimento humano que não somente a disponibilidade de renda, e que tem a família como unidade de análise.

Com o objetivo de fazer uma análise comparativa para identificar as regiões onde se concentram os municípios e os grupos demográficos mais carentes e o que os difere dos mais desenvolvidos, primeiramente, estimou-se o Índice de Desenvolvimento da Família

5 Na década de 1990, o Brasil passou por mudanças estruturais, como a estabilização monetária e a abertura comercial, que afetaram a composição e a distribuição da renda na economia. Diversos pesquisadores, entre eles, Neri (2000); Carvalho; Gomes e Lirio (2003) e Rocha et al. (2004), procuraram analisar as influências dessas mudanças na distribuição da renda e no nível de bem-estar da sociedade brasileira.

(IDF) para o Ceará em 1991 e 2000 e, em seguida, o índice foi desagregado para as famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e por crianças.

Devido às particularidades que caracterizam esses grupos demográficos, acredita-se que eles apresentem um nível de desenvolvimento inferior ao da média do Estado do Ceará, que inclui outros tipos de arranjo familiar, como, por exemplo, famílias em que o chefe ou responsável seja branco e não haja crianças ou idosos.

Além desta introdução, o trabalho foi dividido em mais quatro seções. Na segunda seção, está o referencial teórico que dá sustentação ao trabalho; na terceira, tem-se a metodologia utilizada para estimar o IDF; na quarta, são analisados os resultados obtidos; e, por fim, na quinta seção, tem-se a conclusão do trabalho, com alguns comentários relevantes.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

As economias buscam o progresso voltado para o crescimento ou para o desenvolvimento. Contudo, estas formas de progresso caracterizam-se por conceitos diversos. Segundo Souza (1999), não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração neoclássica, considera crescimento econômico sinônimo de desenvolvimento, à medida que as “forças de mercado” garantem, por si sós, a convergência das rendas entre países, regiões e pessoas. Neste caso, o crescimento, necessariamente, se traduziria em melhoria das condições de vida da população. Já uma segunda corrente, de inspiração estruturalista, ao constatar que nas últimas décadas o esforço de crescimento acelerado traduziu-se em agravamento dos contrastes internos nas economias, aumentando as desigualdades sociais e regionais, entende que o crescimento é indispensável, mas não é condição suficiente para o desenvolvimento.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que tem como base a concepção teórica da equivalência do crescimento econômico à melhoria das condições de vida da população, passou a ser o indicador clássico de desenvolvimento dos diversos países do mundo

a partir dos anos 1950. A universalização dessa medida ocorreu devido à disponibilidade de dados de crescimento para todos os países e por se tratar de uma variável de fácil entendimento e claramente comparável. No entanto, a partir da evolução da concepção de desenvolvimento econômico, que incorporou ao conceito as mudanças qualitativas das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, a medida clássica de crescimento passou a ser criticada por três motivos. Primeiro, não levava em conta a distribuição da renda interna. Segundo, tratava-se de uma medida afetada pela variação cambial das diversas moedas nacionais. Terceiro e mais importante, é unidimensional, não captando outros aspectos do desenvolvimento, como educação, saúde e meio ambiente. “Afim, a renda não é a soma total da vida humana, e o crescimento econômico é um meio para se atingir a finalidade última: o bem-estar da população que o gera.” (SAGAZIO, 2010).

Em decorrência da nova concepção de desenvolvimento e devido às críticas ao indicador clássico, os economistas Amartya K. Sen e Mahbub ul Haq criaram, no início da década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que procura espelhar, além da renda, mais duas características do desenvolvimento humano: a longevidade da população e o grau de maturidade educacional.

O IDH e os demais índices socioeconômicos construídos a partir da nova concepção de desenvolvimento, como o Índice de Condições de Vida (ICV), o Índice de Pobreza Humana (IPH), o Índice de Exclusão Social (IES), entre outros, têm o mérito de sinalizar aos governantes que o desenvolvimento não é sinônimo exclusivo de fazer crescer a produção, incorporando outros aspectos, como educação, saúde e meio ambiente no processo de desenvolvimento econômico. (PNUD, 1998).

A Fundação João Pinheiro (FJP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o PNUD, atentos à nova forma de entender e medir o desenvolvimento, a partir de 1996, passaram a produzir estatísticas em escala municipal, entre elas o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Segundo Nogueira (2003), essa desagregação dos indicadores possibilitou uma radiografia muito mais fiel da realidade

brasileira, à medida que permitiu a caracterização dos municípios por meio de uma análise que capta as diversas dimensões do desenvolvimento, além de oferecer uma nítida compreensão das disparidades inter-regionais e intermunicipais.

Apesar da evolução das medidas, a opção por um indicador sintético composto, que leva em consideração as diversas dimensões do desenvolvimento, apresentou novos problemas metodológicos, dos quais podem ser destacados três aspectos importantes. O primeiro refere-se às escolhas das diversas dimensões consideradas, às escalas a serem adotadas e ao peso de cada dimensão, decididas inevitavelmente por juízo de valor, que pode afetar diretamente os resultados do indicador. Uma segunda limitação dos indicadores sintéticos refere-se ao fato de que os indicadores como o IDH e os seus similares são estimados para representar o desenvolvimento humano de áreas geográficas, como países, estados, municípios e até mesmo bairros de um centro urbano. Essa característica limita o estudo das condições socioeconômicas de categorias demográficas como a família. Por fim, a terceira limitação refere-se às dificuldades de agregação dos indicadores sintéticos. O IDH do país, por exemplo, não pode ser obtido a partir da agregação das médias dos IDHs dos estados. Essa falta de agregabilidade decorre do fato de os vários indicadores adotados terem bases populacionais distintas e da não-linearidade existente na elaboração do índice.

Os indicadores compostos, portanto, não devem ser entendidos como a solução final e definitiva para a questão da medida do desenvolvimento, estando em aberto o aperfeiçoamento de novas metodologias e a incorporação de novos indicadores socioeconômicos. Neste sentido, Barros; Carvalho e Franco (2003) elaboraram uma metodologia, no mesmo sentido do IDH, para obter um indicador sintético do nível de desenvolvimento humano de cada família, podendo ser agregável para qualquer grupo demográfico, como famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias com idosos ou crianças. A metodologia utilizada pelos autores para estimar o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) para as grandes regiões do Brasil, para os Estados de São Paulo

e Maranhão veio sanar uma limitação dos índices sintéticos, ou seja, a falta de capacidade de estimar o grau de desenvolvimento ou carência de cada família, permitindo obter o grau de desenvolvimento de qualquer grupo demográfico. No entanto, ele não supera a primeira limitação metodológica, que se refere à escolha subjetiva das dimensões. Além disso, como os autores apresentaram uma proposta de dimensões possíveis de serem representadas por indicadores construídos a partir das informações da PNAD, nota-se que não foi possível a inclusão de uma dimensão que representasse as condições de saúde, importante dimensão das condições de vida das famílias.

É oportuno ressaltar que o presente trabalho é um exercício de aplicação da metodologia desenvolvida por Barros; Carvalho e Franco (2003), para o caso do Ceará, cujo indicador sintético proposto pelos autores citados no texto, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), ainda não se constitui num índice “consensual ou universalmente aceito” para avaliar a evolução do “desenvolvimento humano de cada família” e utiliza, para tanto, informações extraídas dos microdados do Censo Demográfico. Seus resultados, em princípio, não são considerados definitivos, no sentido de fornecer informação absoluta para os planejadores de políticas públicas, mas podem fornecer indícios de possíveis carências das famílias que necessitam ser assistidas.

3 – METODOLOGIA

O IDF, segundo a metodologia desenvolvida por Barros; Carvalho e Franco (2003), é composto por seis dimensões: Ausência de Vulnerabilidade (AV), Acesso ao Conhecimento (AC), Acesso ao Trabalho (AT), Disponibilidade de Recursos (DR), Desenvolvimento Infantil (DI) e Condições Habitacionais (CH). “Cada uma dessas seis dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 8). A Figura 1 ilustra essa característica das dimensões, partindo daquelas mais relacionadas com os meios para as relacionadas com a consecução de fins.

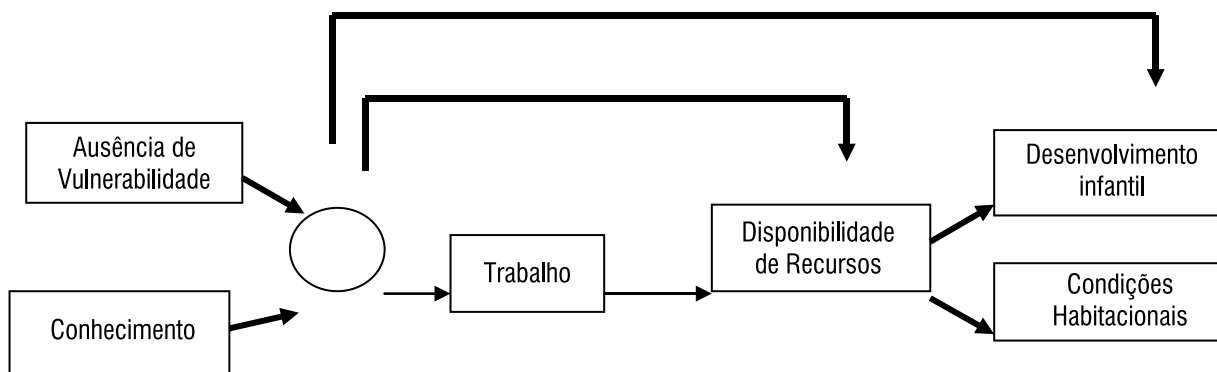


Figura 1 – Dimensões do IDF

Fonte: Barros; Carvalho e Franco (2003).

Ausência de Vulnerabilidade é a única dimensão que não representa meio ou fim para satisfação das necessidades das famílias. A vulnerabilidade refere-se à necessidade de recursos adicionais que uma família que apresenta em sua composição idosos e criança necessita em relação a uma família-padrão. Acesso ao Conhecimento constitui-se no principal meio que uma família dispõe para buscar, de forma autônoma, a satisfação de suas necessidades. Para que o conhecimento adquirido seja produtivo como meio, é preciso garantir que possa ser efetivo por meio de oportunidade de Trabalho. Acesso ao Trabalho permite que as famílias disponham de Recursos próprios para satisfazer várias necessidades por meio da aquisição de bens e serviços no mercado. O Desenvolvimento Infantil é um dos objetivos mais almejados pelas nações, garantido mínimas condições de vida às gerações que se renovam. Condições Habitacionais adequadas resultam da disponibilidade de recursos (em alguns indicadores), como acesso a bens materiais. Em outros indicadores, estão relacionadas intimamente com as condições de saúde da família.

O IDF é calculado como se cada família respondesse sim ou não para cada um dos indicadores. Cada sim é computado como algo positivo e eleva a pontuação da família na direção de um maior nível de desenvolvimento humano. O IDF resultante desse questionário varia de zero (para aquelas famílias na pior situação possível) a 1 (para as famílias na melhor situação possível).⁶

6 A escolha dos indicadores que compõem os índices sintéticos e os seus respectivos pesos não é uma questão técnica, mas, sim, o juízo de valor do pesquisador, que deve refletir, nesta perspectiva, as

Na construção do índice, optou-se por tratar todas as dimensões e seus componentes de forma simétrica, mais especificamente, atribuindo o mesmo peso: a) a todos os indicadores⁷ de cada componente de uma dimensão; b) a todos os componentes de uma dimensão; c) a cada uma das seis dimensões que compõem o IDF. Desta forma, admitindo que cada indicador assume o valor 0 ou 1, o indicador sintético fica definido a partir dos indicadores básicos constantes da equação 1:

$$S = \left(\frac{1}{6}\right) \cdot \sum_k \left(\frac{1}{m_k}\right) \cdot \sum_j \left(\frac{1}{n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk}, \quad (1)$$

em que B_{ijk} denota o i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão; m_k o número de componentes da k -ésima dimensão; e n_{jk} o número de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. Rearranjando os termos da equação 1, o indicador pode ser apresentado por:

$$S = \sum_k \sum_j \left(\frac{1}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk},$$

preferências da sociedade. No trabalho, optou-se por utilizar a mesma composição do IDF calculado por Barros; Carvalho e Franco (2003), porque: (1) os indicadores representam, com bastante propriedade, as dimensões do nível de vida da família brasileira; e (2) permitirão uma análise comparativa do IDF do presente trabalho com o índice calculado pelos autores para as grandes regiões do Brasil.

7 Tratar indicadores diferentes de forma simétrica se constitui uma das principais limitações dos indicadores sintéticos (já apontada) e o IDF não a supera, à medida que se constitui uma questão de juízo de valor, difícil de ser trabalhada.

sendo

$$w_{JK} = \frac{1}{6 \cdot m_K \cdot n_{JK}}, \quad (2)$$

em que w_{JK} é o peso de cada indicador. A equação 2 demonstra, portanto, que os indicadores básicos de componentes distintos terminam, em geral, tendo pesos também distintos, à medida que o número de indicadores por componentes e o número de componentes por dimensão não são homogêneos.

Implicitamente, podem-se obter indicadores sintéticos para cada um dos componentes de cada dimensão, S_{JK} , assim como para cada uma das dimensões, S_K , por meio de:

$$S_{jk} = \left(\frac{1}{n_{jk}} \right) \cdot \sum_i B_{ijk} \text{ e}$$

$$S_k = \left(\frac{1}{m_k} \right) \cdot \sum_j S_{jk} = \left(\frac{1}{m_k} \right) \cdot \sum_j \left(\frac{1}{n_{jk}} \right) \cdot \sum_i B_{ijk}$$

Tem-se, ainda, que:

$$S = \left(\frac{1}{6} \right) \cdot \sum_k S_k$$

Assim, o indicador sintético de cada componente, S_{JK} , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar esse componente. O indicador sintético de cada dimensão, S_K , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. E por fim, o indicador sintético global, S (IDF), é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

A base de dados utilizada, microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, 2004), possibilitou a construção de 43 indicadores e 24 componentes,⁸ que estão apresentados no Quadro 1.⁹ Observe que alguns indicadores são apresentados em

formato cascata. Exemplificando, os indicadores V3 – V5, no caso da dimensão Ausência de Vulnerabilidade, foram construídos de forma que a presença de crianças tem peso três vezes maior que a presença de jovens, embora os indicadores tenham recebido peso igual inicialmente. Outros exemplos estão presentes nos indicadores C1 – C2, T4 – T5, entre outros.

Para obter as categorias demográficas propostas, as famílias foram identificadas quanto à presença de chefe mulher ou de chefe negro (homem ou mulher) ou de crianças ou de idosos. Em seguida, o índice foi calculado de forma independente para cada grupo. Assim, uma família composta, ao mesmo tempo, de mulher chefe e crianças, por exemplo, fará parte da computação do IDF das famílias chefiadas por mulheres e do IDF das famílias com crianças. Desta forma, não é possível identificar um índice para uma família que apresente mais de uma das características consideradas neste estudo.

3.1 – Fonte de Dados

Os dados da pesquisa foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais precisamente nos Censos Demográficos dos anos de 1991 e 2000. Foram utilizados os microdados, pelo fato de o Censo não disponibilizar, em seus resultados finais, as informações dos indicadores para cada família em separado. O procedimento, além de sua complexidade, por manipular uma ampla base de dados, requer a utilização de pacotes computacionais para obtenção dos dados agrupados da população compatíveis com a divisão proposta pela pesquisa.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentam-se os resultados estimados para o IDF do Estado do Ceará e para os grupos demográficos, nos anos de 1991 e 2000. Foram utilizados mapas que apresentam a distribuição dos municípios segundo estratos do IDF, o que possibilitou observar em que regiões estão concentrados os municípios com melhor e pior nível de desenvolvimento. As análises foram realizadas com vistas a comparar os resultados obtidos para o estado com os obtidos para os grupos demográficos.

⁸ O IDF apresentado por Barros; Carvalho e Franco (2003), a partir da PNAD, é composto por 48 indicadores e 26 componentes.

⁹ Para maiores detalhes sobre os indicadores, consultar Barros; Carvalho e Franco (2003).

DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
Ausência de Vulnerabilidade	Fecundidade	V1 - Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano. V2 - Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos.
	Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3 - Ausência de criança. V4 - Ausência de criança ou adolescente.
	Atenção e cuidados especiais com idosos	V5 - Ausência de criança, adolescente ou jovem.
	Dependência econômica	V6 - Ausência de idoso.
	Analfabetismo	V7 - Presença de cônjuge.
	Escolaridade	V8 - Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa.
	Qualificação profissional	C1 - Ausência de adulto analfabeto.
	Disponibilidade de trabalho.	C2 - Ausência de analfabeto funcional.
Acesso ao Trabalho	Qualificação profissional	C3 - Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo.
	Disponibilidade de trabalho.	C4 - Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo.
	Qualidade do posto de trabalho	C5 - Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior.
	Remuneração	C6 - Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.
	Extrema pobreza	T1 - Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada.
Disponibilidade de Recursos	Pobreza	T2 - Presença de pelo menos um ocupado no setor formal.
	Capacidade de geração de renda	T3 - Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola.
	Trabalho precoce	T4 - Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo.
Desenvolvimento Infantil	Acesso à escola	T5 - Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos.
	Progresso escolar	R1 - Renda familiar per capita superior à linha de extrema-pobreza.
	Mortalidade infantil	R2 - Renda familiar per capita superior à linha de pobreza.
	Propriedade	R3 - Maior parte da renda familiar não advém de transferências.
	Déficit habitacional	D1 - Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando.
	Acesso a abastecimento de água / Saneamento / coleta de lixo / energia elétrica / bens duráveis.	D2 - Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando.
		D3 - Ausência de criança até 6 anos fora da escola. D4 - Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola.
	D5 - Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola.	
	D6 - Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso. D7 - Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto. D8 - Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto.	
	D9 - Ausência de mãe cujo filho tenha morrido. D10 - Ausência de mãe com filho nascido vivo.	
	H1 - Domicílio próprio. H2 - Domicílio próprio ou cedido.	
	H3 - Densidade de até 2 moradores por dormitório.	
	H4 - Acesso adequado a água. H5 - Esgotamento sanitário adequado. H6 - Lixo é coletado.	
	H7 - Acesso a eletricidade. H8 - Acesso a fogão e geladeira. H9 - Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio. H10 - Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone. H11 - Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e automóvel particular.	

Quadro 1 – Dimensões, Componentes e Indicadores Socioeconômicos que Compõem o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Fonte: Adaptado de Barros; Carvalho e Franco (2003).

4.1 – Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) do Estado do Ceará

A partir da amostra de 25% dos microdados dos Censos Demográficos, foi possível manipular informações de 163.988 famílias cearenses em 1991 e 219.077, em 2000. Utilizando o fator de expansão¹⁰ disponibilizado pelo IBGE, trabalhou-se com o universo de 1.476.234 e 1.927.961 famílias para os anos de 1991 e 2000, respectivamente.

A observação do Mapa 1 permite uma análise mais desagregada das mesorregiões do Ceará, ao apresentar a distribuição espacial do IDF dos municípios.

Ao longo da década, houve melhora no desenvolvimento familiar em todas as regiões do estado, à medida que todos os estratos do indicador, apresentados nos mapas, se elevaram no período. De um total de 184 municípios, 108 apresentaram IDF abaixo da média em 1991, tendo este número reduzido-se para 106 apenas, em 2000. No entanto, em 2000, somente um município apresentou IDF inferior a 0,51, enquanto somente 25 municípios tiveram IDF superior a 0,50, em 1991.

A distribuição espacial se manteve estável no estado ao longo da década, com os municípios pertencentes às mesorregiões Metropolitanas de Fortaleza e Jaguaribe assumindo maiores índices, o que demonstra melhores condições de vida de suas famílias em detrimento das pertencentes aos municípios localizados nas mesorregiões Noroeste cearense e Sertões cearenses, que apresentaram os menores índices.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição decimal das famílias cearenses para as dimensões que compõem o IDF em 1991 e 2000. A construção dos décimos permite ordenar as famílias, partindo dos 10% de famílias que apresentaram menores índices para os 10% que obtiveram os maiores, e fazer uma análise desagregada das dimensões.

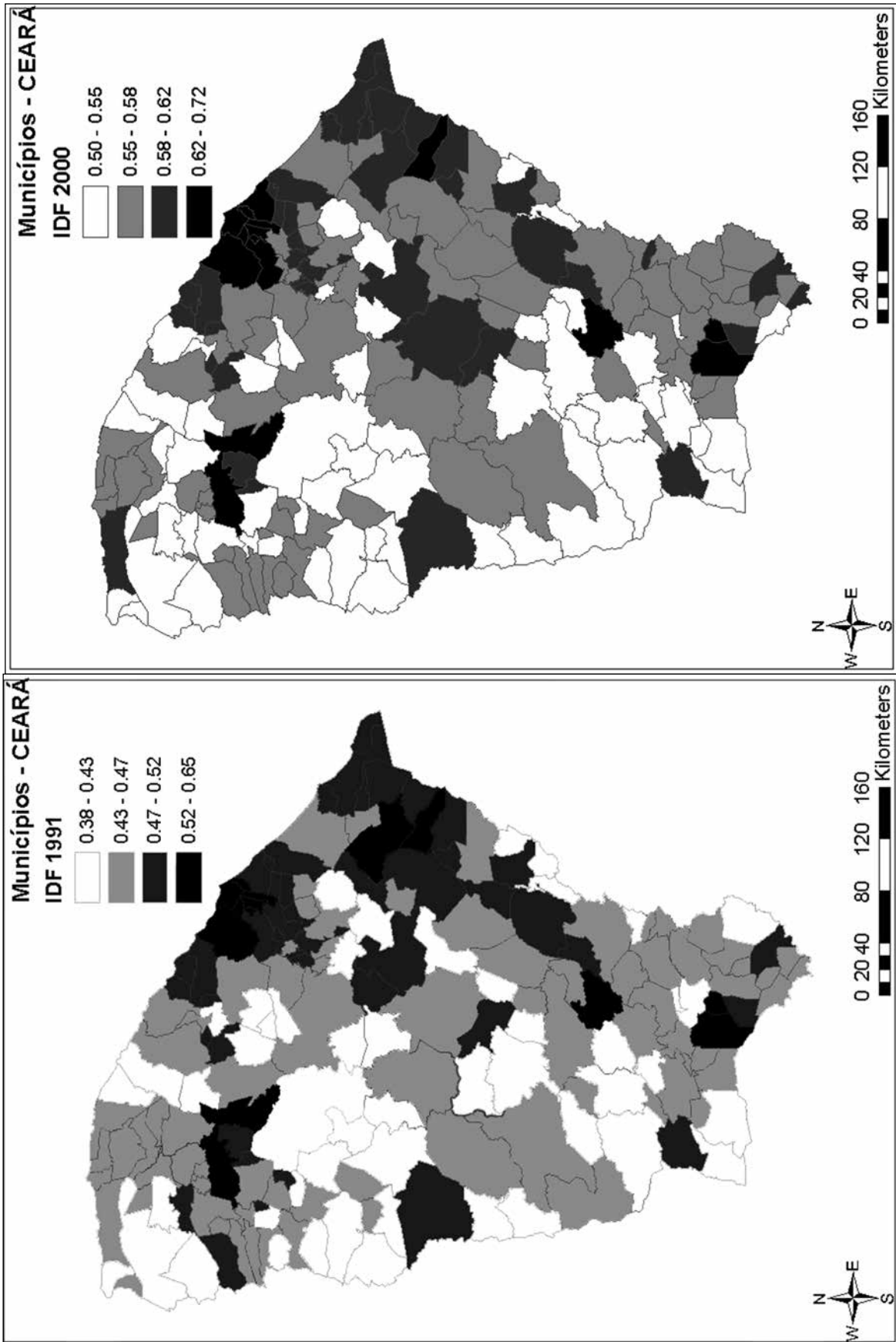
¹⁰ Refere-se ao valor da ponderação ou fator de expansão fornecido pelo IBGE, associado a cada unidade amostral, para obtenção de estimativas do universo. Informações sobre o cálculo poderão ser encontradas no manual dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

As dimensões Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento e Disponibilidade de Recursos mostraram queda até o quarto décimo e crescimento para os décimos superiores. Ou seja, as famílias que estavam nos primeiros décimos em 2000 encontravam-se, na média, em piores condições que aquelas que estavam nestes décimos em 1991, no tocante a essas dimensões. Portanto, concluiu-se que houve evolução dos décimos, no sentido de aumentar a distância, por exemplo, entre os detentores de conhecimento e os que não têm acesso a ele. No tocante às dimensões Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais, essas foram as únicas que apresentaram um crescimento uniforme entre os décimos em todo o período.

É pertinente ressaltar que, em princípio, poderia não ser esperado que os sete primeiros décimos de Disponibilidade de Recursos decrescessem, enquanto todos os décimos de Acesso ao Trabalho aumentassem no período, à medida que esta última capta informações sobre Remuneração. No entanto, é oportuno lembrar que outros componentes poderiam estar afetando o desempenho de Acesso ao Trabalho. E que, mesmo que os indicadores T4 e T5 (presença de, pelo menos, um ocupado com rendimento superior a 1 e 2 salários mínimos, respectivamente) sejam os responsáveis por tal desempenho em Acesso ao Trabalho, não necessariamente estariam associados a melhoras nos indicadores de Disponibilidade de Recursos, R1 e R2 (renda familiar *per capita* superior às linhas de extrema-pobreza e pobreza, respectivamente), à medida que estes dependem do número de membros da família. Além disso, deve-se ressaltar o aumento das transferências governamentais no rendimento familiar, R3, entre 1991 a 2000. Segundo a metodologia do índice, esse aumento contribui para um pior desempenho da dimensão Disponibilidade de Recursos justamente nos primeiros décimos da população.

4.2 – Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) por Grupos Demográficos

Verifica-se, pela análise da Tabela 1, que, embora todos os grupos demográficos tenham apresentado baixo valor para o IDF nos dois anos, o índice de todos eles elevou-se ao longo da década, o que implica desenvolvimento e melhora no seu nível de bem-estar.



Mapa 1 – Divisão dos Municípios Cearenses segundo Estratos do IDF de 1991 e 2000

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.

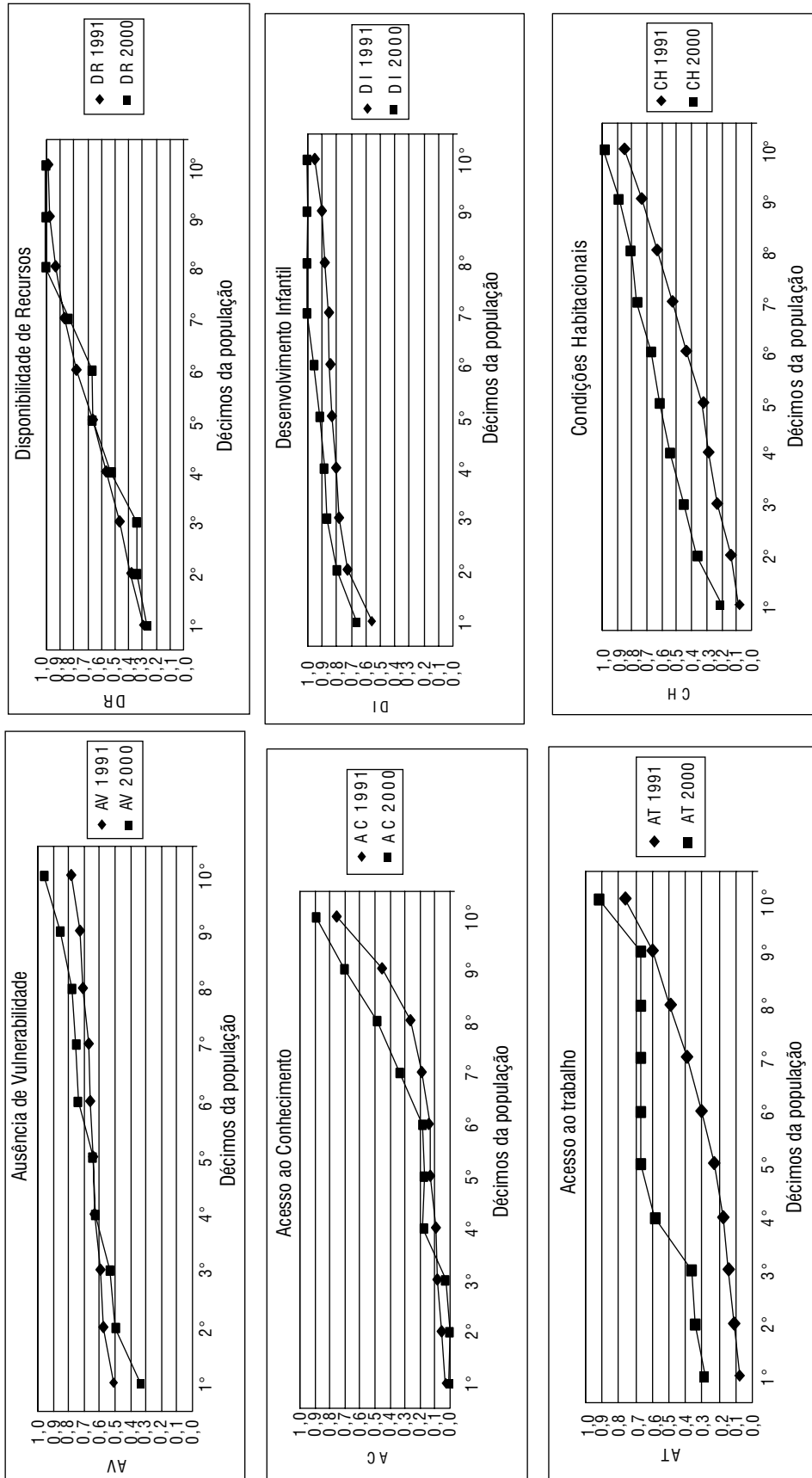


Gráfico 1 – Distribuição dos Décimos das Dimensões do IDF do Estado do Ceará, 1991 e 2000

Fonte: Elaboração dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) e Taxa de Crescimento

Grupos Demográficos	Mulheres	Negros	Idosos	Crianças	Ceará
IDF 1991	0,53	0,46	0,48	0,50	0,53
IDF 2000	0,63	0,58	0,57	0,61	0,63
Taxa de Crescimento	0,17	0,26	0,20	0,22	0,19

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da Pesquisa.

Os índices dos quatro grupos foram semelhantes nos dois anos, o que evidencia que não há diferenças no nível de desenvolvimento entre eles. Em relação ao IDF do estado, os IDFs dos grupos demográficos também foram semelhantes, demonstrando que estes grupos não apresentaram nível de desenvolvimento inferior ao do estado, diferentemente do que era esperado, devido às especificidades que os caracterizam.¹¹ Estes resultados convergem no sentido dos resultados encontrados por Barros; Carvalho e Franco (2003) para o Brasil, que não encontraram diferenças relevantes entre os indicadores dos grupos e do país.

A fim de possibilitar uma análise comparativa mais desagregada entre o nível de desenvolvimento do estado e o dos grupos demográficos, e verificar quais as dimensões responsáveis pelas semelhanças entre os índices, a Tabela 2 apresenta os indicadores sintéticos das seis dimensões que compõem o IDF para o estado e para os quatro grupos nos anos de 1991 e 2000.

Primeiramente, quanto ao grupo das famílias chefiadas por mulheres, observa-se que somente as dimensões Ausência de Vulnerabilidade (AV) e Acesso ao Trabalho (AT) apresentaram indicadores menores que os do estado nos dois anos; no entanto, essa diferença não foi superior a 0,6. As demais dimensões – exceto Disponibilidade de Recursos (DR) –, em 1991 apresentaram valores superiores aos do estado, mas também muito próximos.

¹¹ Lembre-se de que era esperado que o IDF médio do estado fosse bastante superior aos índices dos grupos, pois inclui outros tipos de arranjo familiar além dos quatro grupos, teoricamente mais desenvolvidos.

O grupo das famílias negras é o único que obteve os índices sintéticos de todas as dimensões inferiores aos indicadores do estado, conforme era esperado. Nos dois anos, destacam-se as dimensões Acesso ao Conhecimento (AC), Disponibilidade de Recursos (DR) e Condições Habitacionais (CH), que apresentaram valores abaixo dos estaduais em cerca de 0,10.

As famílias compostas por idosos apresentaram comportamento bem próximo ao esperado, pois somente as dimensões Desenvolvimento Infantil (DI) e Condições Habitacionais tiveram índices superiores aos do estado, mas esta diferença não foi relevante. Destacaram-se as dimensões Ausência de Vulnerabilidade e Acesso ao Trabalho, que apresentaram valores inferiores aos do estado em, aproximadamente, 0,14 nos dois anos.

Por fim, das famílias compostas por crianças, em 2000, somente a dimensão Acesso ao Trabalho apresentou valor superior ao do estado. Como acontece para as famílias com idosos, Ausência de Vulnerabilidade tem destaque neste grupo, pois apresentou índice inferior ao do estado em 0,7. As demais dimensões, tanto em 2000 quanto em 1991, também apresentaram valores menores que os do estado, porém muito próximos.

De modo geral, embora haja algumas diferenças relevantes entre alguns indicadores das dimensões dos grupos e do estado, esses estão, na maioria dos casos, muito próximos ou são contrabalanceados, o que explica a semelhança no índice global. Pode-se observar que tal comportamento também se verifica entre as dimensões dos diferentes grupos, explicando, da mesma forma, a semelhança de seus IDFs.

Na Tabela 3, está a taxa de crescimento das dimensões componentes do IDF para os quatro grupos e para o estado, entre 1991 e 2000, demonstrando quais dimensões contribuíram para o comportamento apresentado pelo índice sintético global.

As dimensões que contribuíram de forma mais significativa para o crescimento do IDF estadual, ou para o ganho de bem-estar obtido pelas famílias cearenses, ao longo da década, foram Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho e Condições

Tabela 2 – Dimensões do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Grupos Demográficos	1991 (a)						2000 (b)					
	AV	AC	AT	DR	DI	CH	AV	AC	AT	DR	DI	CH
Mulheres	0,60	0,25	0,33	0,67	0,85	0,51	0,61	0,33	0,55	0,68	0,92	0,70
Negros	0,64	0,12	0,26	0,63	0,77	0,34	0,66	0,21	0,57	0,60	0,88	0,56
Idosos	0,51	0,19	0,25	0,60	0,86	0,46	0,52	0,24	0,44	0,67	0,91	0,67
Crianças	0,59	0,22	0,32	0,71	0,77	0,41	0,60	0,30	0,67	0,62	0,88	0,60
Ceará	0,65	0,23	0,34	0,71	0,82	0,44	0,67	0,31	0,58	0,68	0,91	0,65

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.

Tabela 3 – Variação Porcentual do Indicador Sintético de Cada uma das Dimensões do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) entre 1991 e 2000

Grupos demográficos	(b/a) – 1					
	AV	AC	AT	DR	DI	CH
Mulheres	0,02	0,32	0,67	0,01	0,08	0,37
Negros	0,03	0,75	1,19	-0,05	0,14	0,65
Idosos	0,02	0,26	0,76	0,12	0,06	0,46
Crianças	0,02	0,36	1,09	-0,13	0,14	0,46
Ceará	0,03	0,33	0,73	-0,04	0,11	0,47

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.

Habitacionais. Disponibilidade de Recursos foi a única que piorou em 4%, decrescendo de 0,71 para 0,68.

Para os quatro grupos, da mesma forma que para o estado, as três dimensões citadas foram as mais relevantes na explicação do IDF. Acesso ao Trabalho foi a dimensão em que as famílias chefiadas por mulheres obtiveram maior evolução, com um crescimento de 67%. Pode-se notar que, embora Acesso ao Conhecimento das famílias negras tenha sido a dimensão que apresentou pior desempenho dentre os grupos nos dois anos, sua taxa de crescimento foi a mais elevada (75%), mais que o dobro do aumento deste índice para o estado (33%). Quanto à Disponibilidade de Recursos, houve queda de 13% para as famílias compostas por crianças. Já as famílias compostas por idosos, ao contrário do que ocorreu no estado, apresentaram crescimento de 12%, passando de 0,60 para 0,67.

A evolução do comportamento das dimensões pode ser mais bem visualizada por meio da Figura

2. Quanto mais próximo do centro, mais próximo de zero, e quanto mais próximo da extremidade, mais próximo de 1 será o valor do índice da dimensão. De modo geral, é possível observar que Disponibilidade de Recursos (DR) e Desenvolvimento Infantil (DI) apresentam os maiores índices, enquanto Acesso ao Conhecimento (AC) e Acesso ao Trabalho (AT) tiveram os menores.

Os Mapas 2, 3, 4 e 5 apresentam os resultados para os municípios segundo estratos do IDF das famílias chefiadas por mulheres, famílias negras, famílias compostas por idosos e famílias compostas por crianças, respectivamente, o que permite visualizar que o desenvolvimento dessas famílias não ocorre de forma homogênea em todo o estado.

A distribuição espacial do IDF das famílias chefiadas por mulheres e das famílias negras seguiram o padrão espacial do estado nos dois anos, com os municípios que apresentavam os maiores valores para o IDF mais concentrados nas mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Jaguaribe, demonstrando maior nível de desenvolvimento das famílias pertencentes a essas regiões em detrimento daquelas pertencentes às mesorregiões Sertões e Noroeste cearenses, que apresentaram os menores índices. Embora as famílias compostas por idosos e as compostas por crianças tenham apresentado distribuição espacial do IDF semelhante à do estado em 1991, observa-se que este padrão se inverte ao final do período de análise. Ou seja, em 2000, as famílias pertencentes a esses grupos que apresentavam melhor nível de desenvolvimento pertenciam aos municípios que compõem as mesorregiões Sertões e Noroeste cearenses.

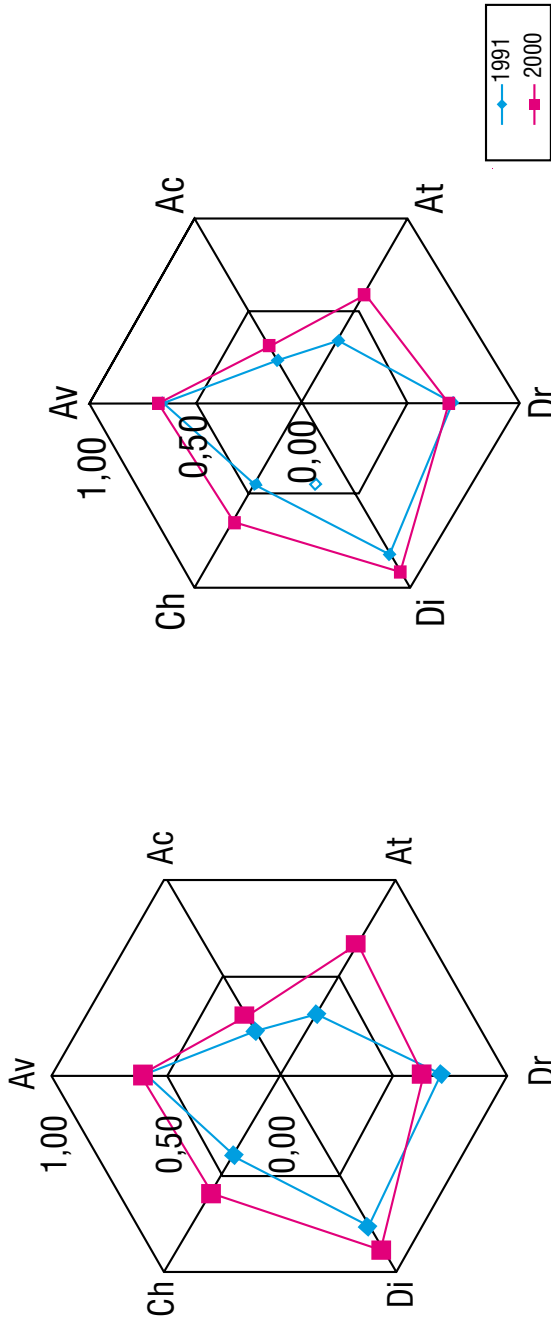
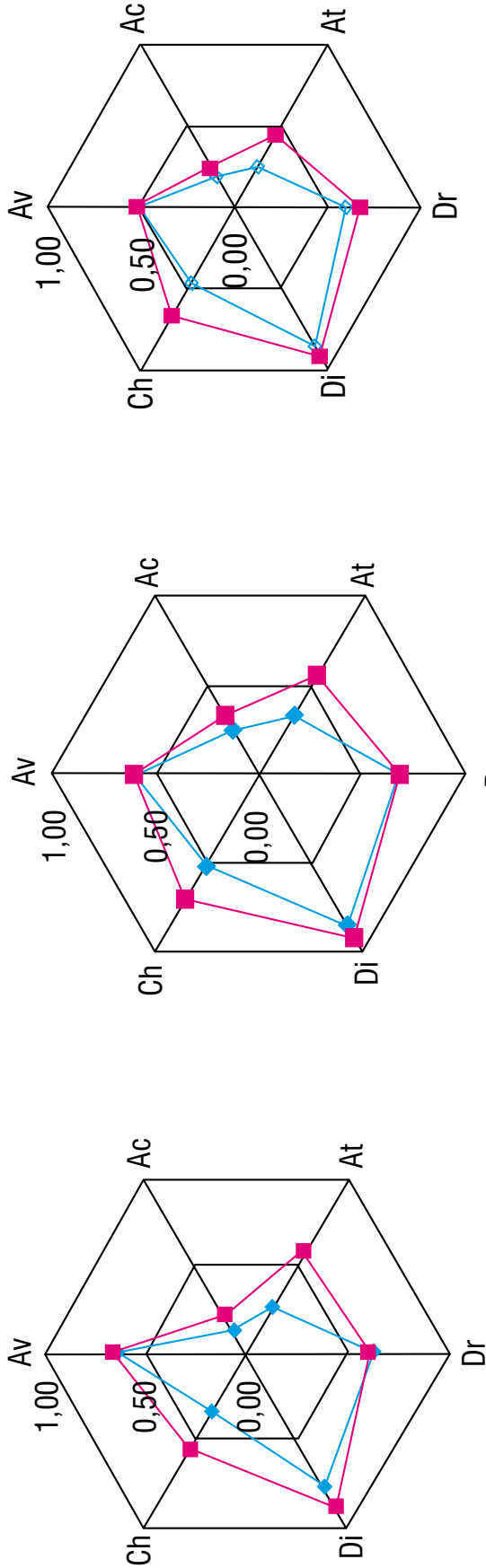
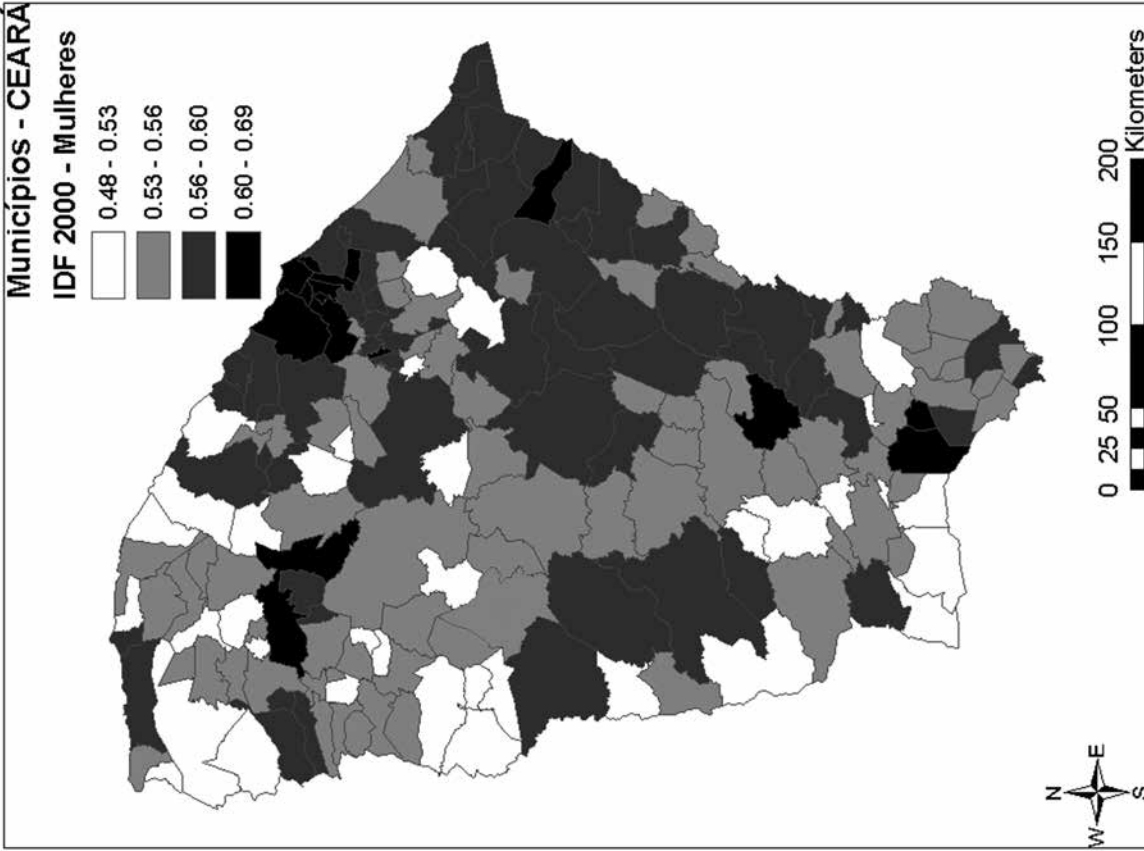
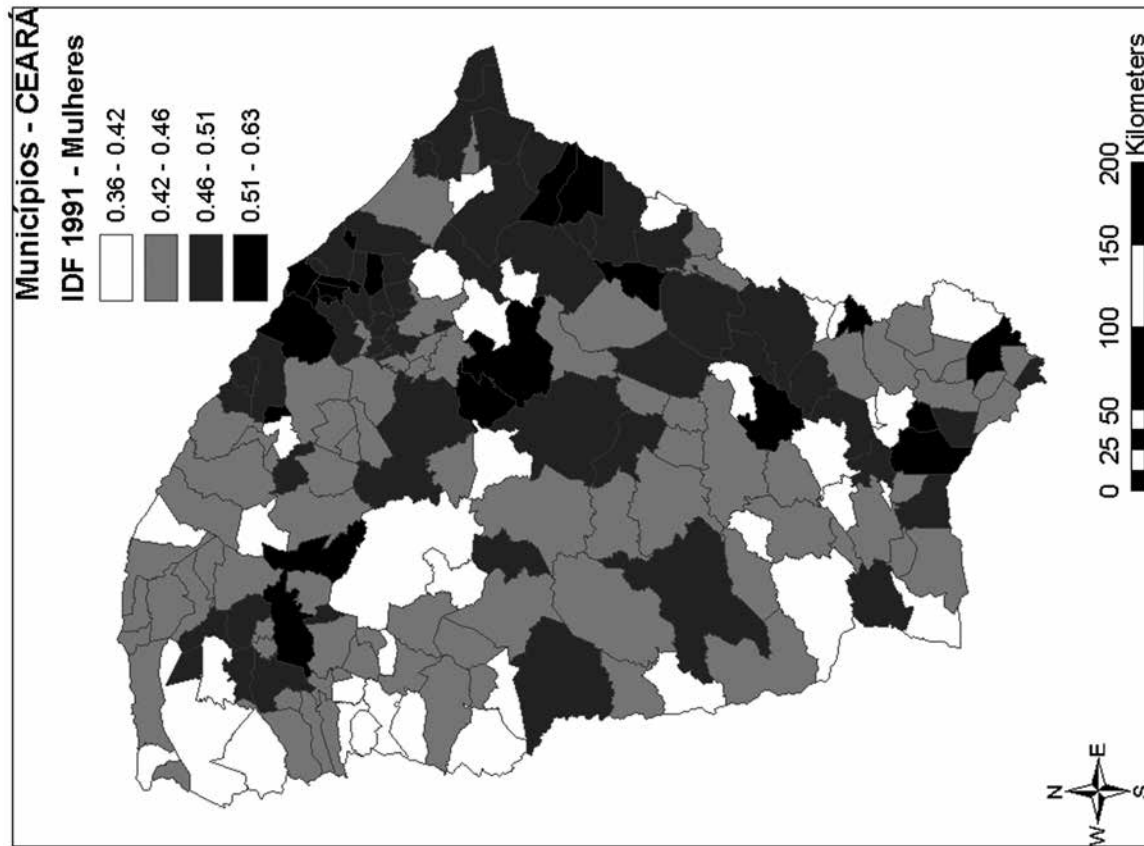


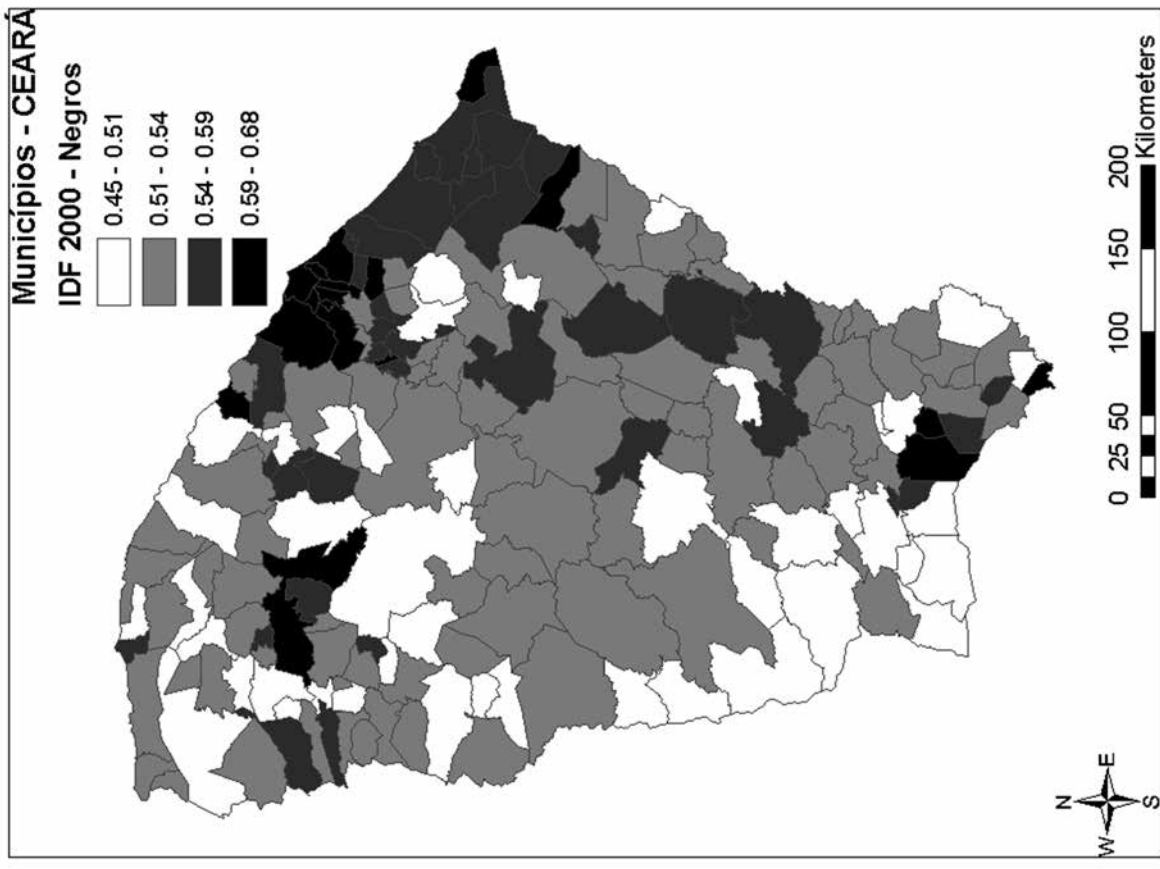
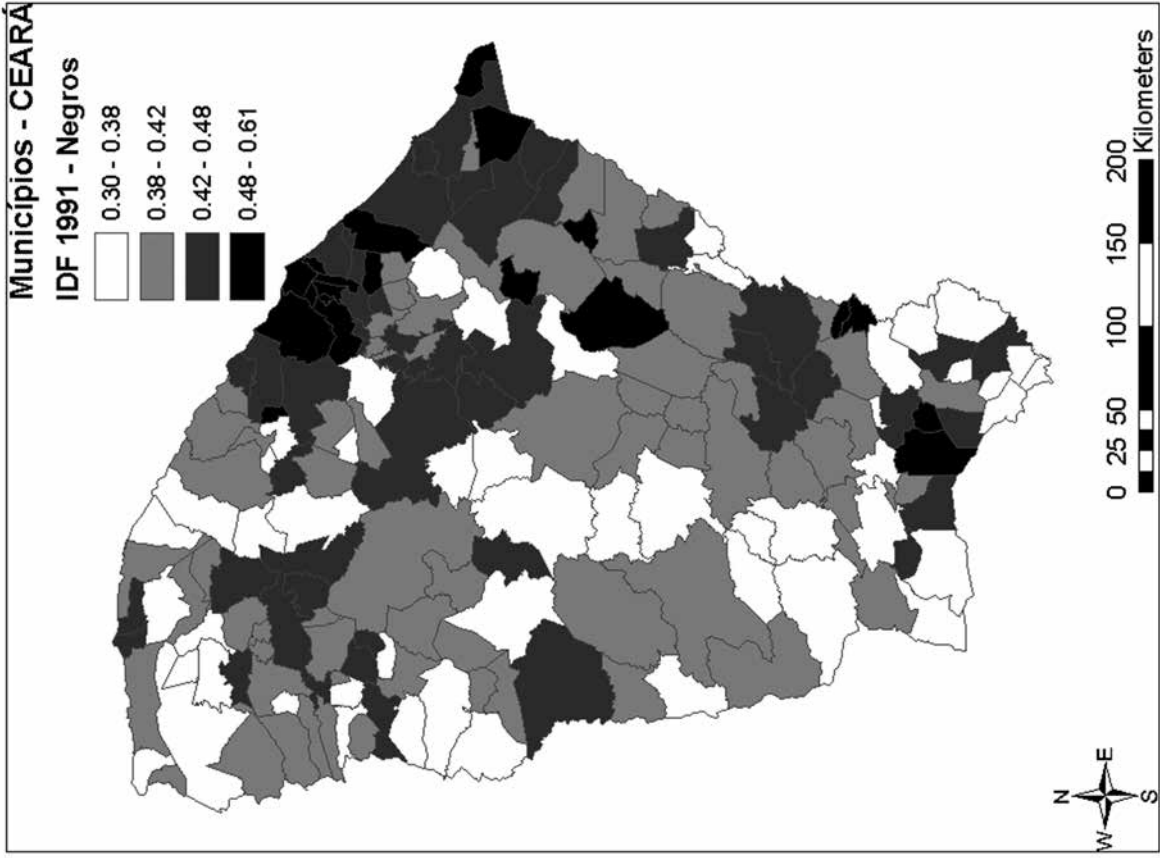
Figura 2 – Evolução das Dimensões do IDF

Fonte: Elaboração dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.



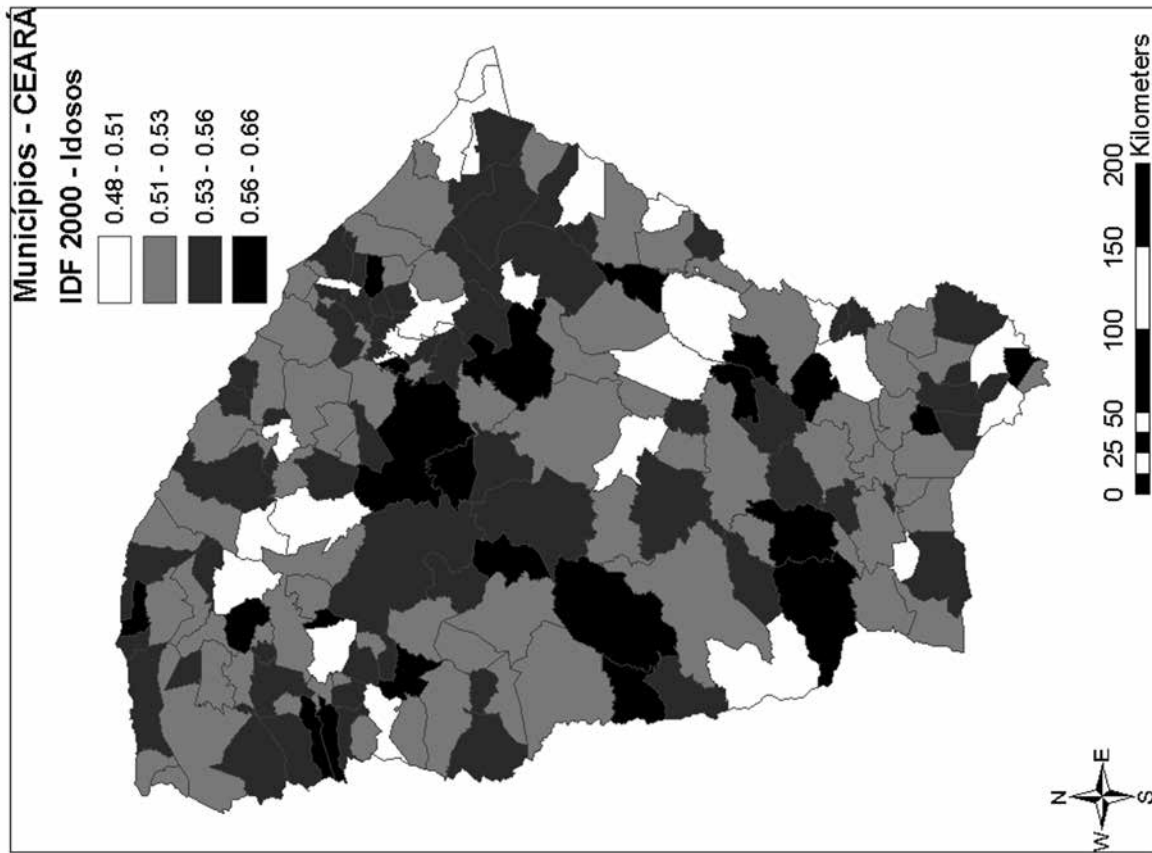
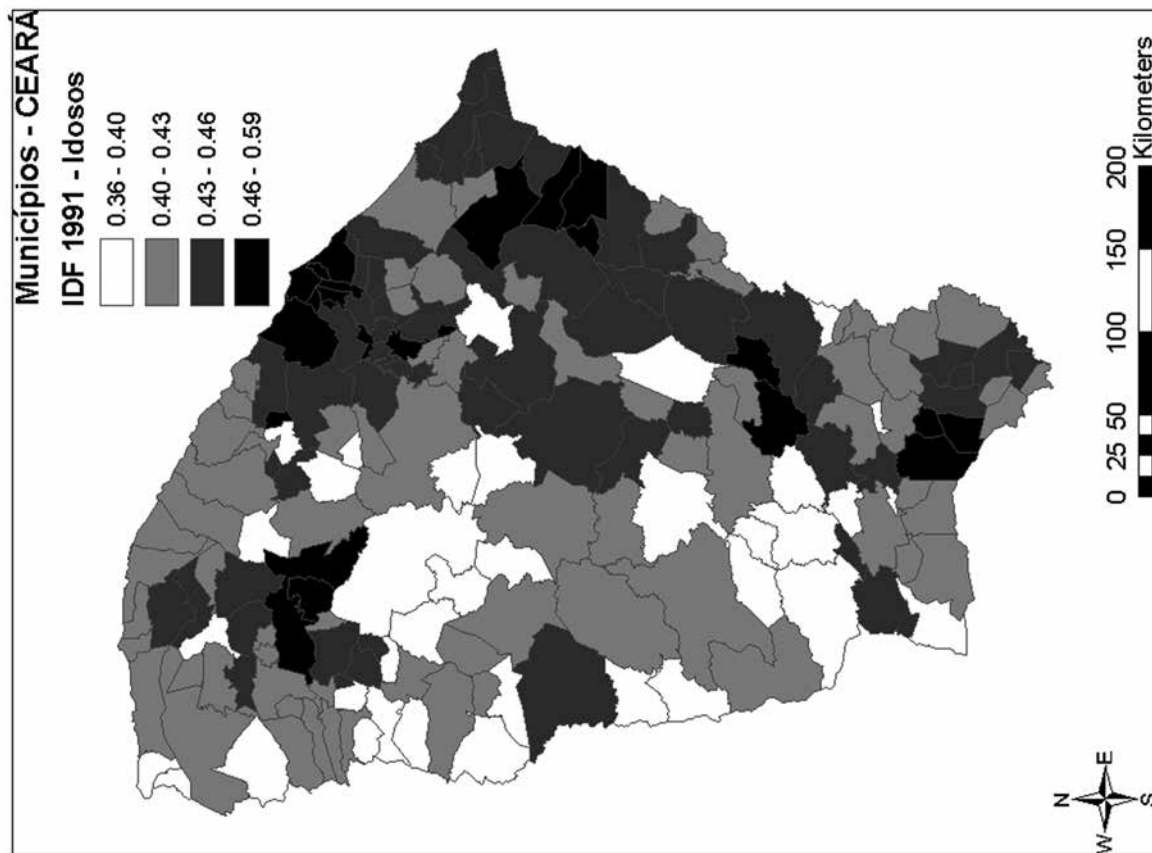
Mapa 2 – Divisão dos Municípios Cearenses segundo Estratos do IDF das Famílias Chefiadas por Mulheres de 1991 e 2000

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.



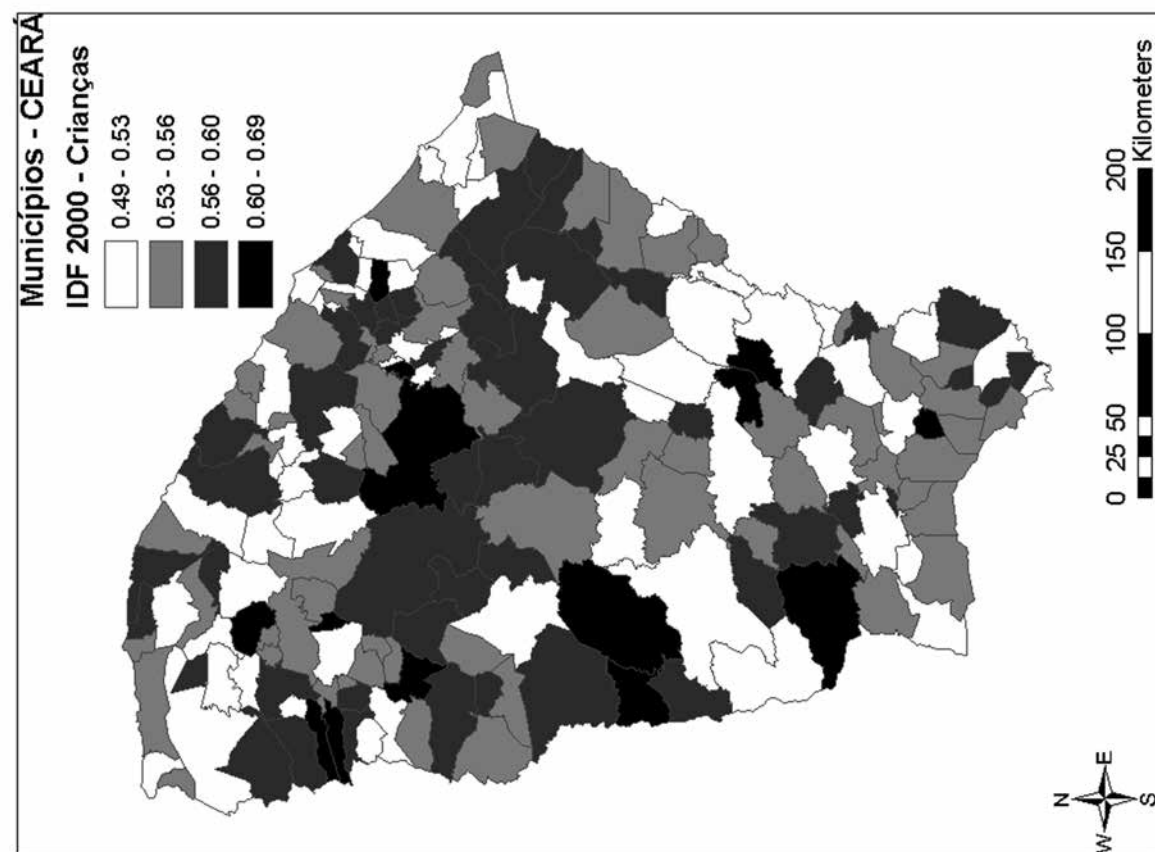
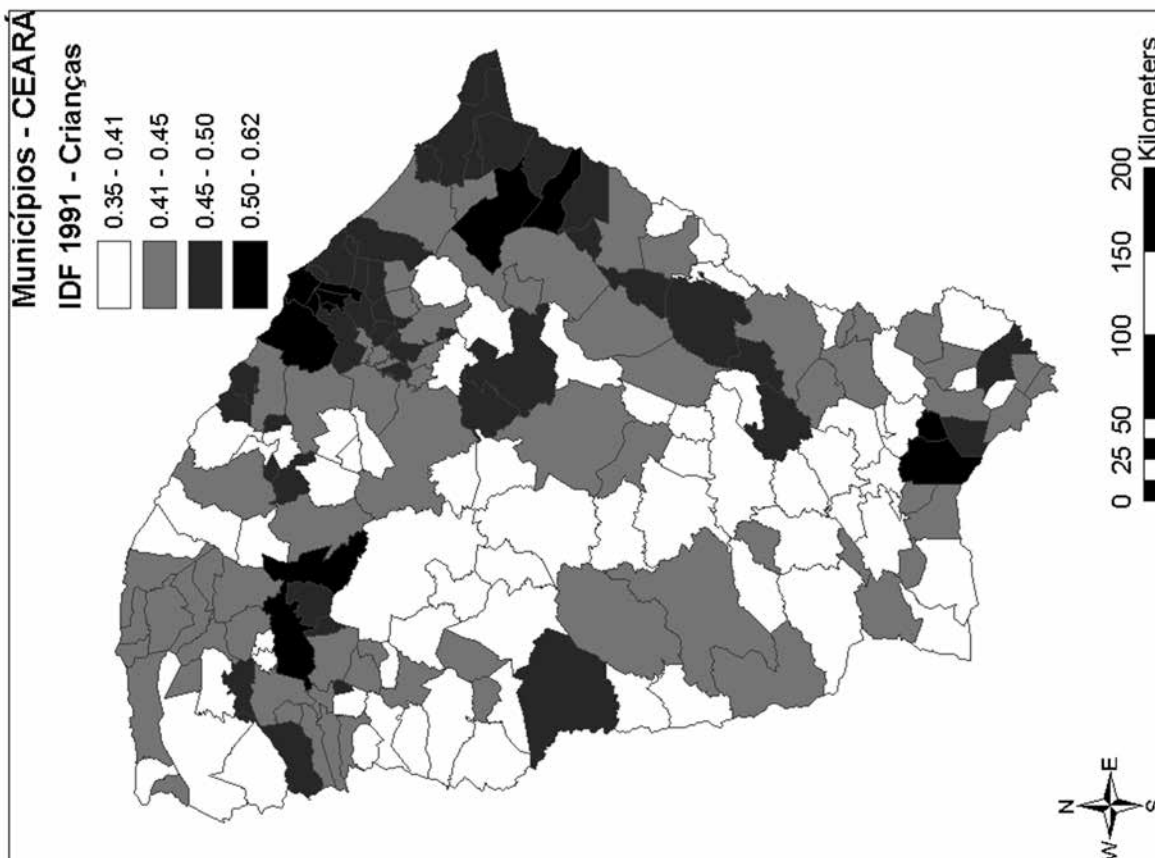
Mapa 3 – Divisão dos Municípios Cearenses segundo Estratos do IDF das Famílias Negras de 1991 e 2000

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa.



Mapa 4 – Divisão dos Municípios Cearenses segundo Estratos do IDF das Famílias Compostas por Idosos de 1991 e 2000

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, a partir dos Dados da Pesquisa



Mapa 5 – Divisão dos Municípios Cearenses segundo Estratos do IDF das Famílias Compostas por Crianças de 1991 e 2000

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da Pesquisa.

5 – CONCLUSÕES

Embora o IDF do Ceará seja baixo, observou-se que ele apresentou crescimento entre 1991 e 2000, evidenciando melhoria no desenvolvimento humano das famílias cearenses, com ganho geral de bem-estar.

O IDF dos grupos demográficos, diferentemente do esperado, foi semelhante ao estadual; no entanto, uma análise desagregada do índice permite verificar que algumas das dimensões consideradas apresentaram comportamento bastante diverso em relação ao estado. O grupo das famílias negras obteve baixo desempenho para todas as dimensões, comparadas às do estado, sendo Acesso ao Conhecimento a dimensão mais discrepante. No entanto, sua taxa de crescimento foi significativamente maior. As famílias compostas por idosos obtiveram pior desempenho, comparado ao do estado, para Ausência de Vulnerabilidade e Acesso ao Trabalho. As famílias compostas por crianças também foram as mais discrepantes em relação à Ausência de Vulnerabilidade. Já as famílias chefiadas por mulheres foi o grupo com índices das dimensões mais próximos aos do estado. O seu melhor desempenho em Acesso ao Trabalho pode ser consequência do aumento da participação feminina no mercado de trabalho ou do aumento da remuneração, o que confirmaria a tendência observada de redução da discrepância entre salários de homens e mulheres; ou, ainda, pode ser consequência de uma melhora na qualidade do posto de trabalho.

Verificou-se que o comportamento do IDF não se dá de forma homogênea em todo o estado, com os municípios pertencentes às mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Jaguaribe apresentando melhor nível de desenvolvimento para suas famílias, enquanto Noroeste e Sertões cearenses apresentaram desenvolvimento relativamente inferior.

É relevante destacar que, dentre todas as dimensões, tanto para o estado como para os grupos, a dimensão Acesso ao Conhecimento apresentou o pior desempenho nos dois anos em análise, comportamento que merece atenção, à medida que esta dimensão é considerada um meio importante para que as famílias busquem de forma autônoma e sustentável melhoria em suas condições de vida.

A análise desagregada do IDF permite concluir que as famílias, quando agrupadas em categorias demográficas específicas e regiões, apresentam nível de desenvolvimento humano diverso, o que evidencia que as políticas voltadas para promoção de melhorias das condições de vida das populações devem levar em conta fatores como sexo, raça, idade, as dimensões específicas em que se apresentam mais carentes, e a região em que habitam.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que contribuiu com o financiamento do desenvolvimento do projeto.

ABSTRACT

This paper aimed to determine whether gender, race and age affect human development. It calculated the Index of Family Development (IFD) to four demographic groups of Ceará State in 1991 and 2000: families headed by women, black families, families consisting of elderly and children. The IFD is composed of six dimensions (Vulnerability Absence, Access to Knowledge, Access to Work, Resource Availability, Child Development and Housing Conditions), and it is obtained by the arithmetic mean of the synthetic indicators of dimensions that comprise it. The results show that the IFD increased in the decade. This fact evidences improvement in the level of human development of families. The groups' IFD was similar to the Ceará's IFD, although some dimensions have presented relevant different behavior. It is concluded that policies aimed at promoting improvements in living conditions of people must consider factors such as gender, race, age and the specific dimensions that presents themselves neediest.

KEY WORDS

Development. Families. Demographic Groups.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Disparidades regionais de renda no Brasil: qual a importância das

amenidades regionais?. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 9., Recife, 2004. **Anais...** Recife, 2004.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 986).

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 185-210, abr./jun. 2004.

CARVALHO, F. M. A.; GOMES, M. F. M.; LÍRIO, V. S. **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa: UFV, 2003.

CEPAL. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília, DF, 2008.

HOFFMANN, R. A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, jul./dez. 2002.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, maio/ago. 2004.

IBGE. **Censo demográfico de 1991 e 2000: microdados**. Rio de Janeiro, 2004.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LEMOS, J. J. S. **Exclusão social no Brasil: radiografia dos anos noventa: relatório de pesquisa**. Fortaleza: UFC, 2002. 151 p.

NERI, M. **As mudanças da pobreza e da desigualdade cariocas na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

NOGUEIRA, O. J. O. Condições de vida em Minas Gerais segundo o paradigma do desenvolvimento humano. **Revista Confiança**, Belo Horizonte, ano 2, n. 3, p. 28-31, nov. 2003.

ONU. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: 1991-2000**. Belo Horizonte, 2003.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano: 1998**. Lisboa: Tricontinental, 1998.

ROCHA, L. E. V. et al. Panorama geral das condições de vida na mesorregião do Campos das Vertentes (MG): uma análise de estatística multivariada dos componentes principais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 36., 2004, São João Del-Rei. **Anais...** São João Del-Rei: SBPO, 2004.

ROSSETI, J. P. **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas, 1987.

SAGAZIO, G. **Desenvolvimento humano: uma parceria que deu certo**. [S.l.], [200-]. Discurso de agradecimento à prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/discurso__pnud.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, C. R.; ALBERT, C. E.; BAGOLIN, I. P. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-50, jan./jun. 2008.

Recebido para publicação em 19.10.2010.